

PREFÁCIO

Alfredo Barroso é incontestavelmente um grande jornalista. Sendo licenciado em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa (1968), iniciou, nesse mesmo ano, a sua carreira profissional de jornalista na Capital, na escola de Norberto Lopes e de Mário Neves, curiosamente assinando, durante vários anos, uma coluna de "Comentário Internacional". Paralelamente, foi colaborador da prestigiosa revista "O Tempo e o Modo" (1968-69) e depois redactor de "O Século", na fase em que foi dirigido por Manuel Figueira (1969-1974).

Jovem do seu tempo, anti-salazarista, até por tradição familiar, e de Esquerda, participou, ainda na Faculdade, nas actividades da Associação Académica de Direito e foi um activista do movimento estudantil anti-fascista, numa época de grande combatividade política - vivia-se o começo da agonia do antigo regime - sem, no entanto, nunca se deixar contaminar pelo radicalismo extremista, então em voga. Foi, assim, que em 1969 pertenceu à Comissão Coordenadora da CEUD e, em Maio desse mesmo ano, aderiu formalmente à Acção Socialista Portuguesa (ASP), na clandestinidade, ao mesmo tempo que o saudoso José Luís Nunes, Jaime Gama e Mário Mesquita. Quando, em 1973, a ASP se transformou em Partido Socialista, no Congresso que teve lugar na Alemanha, em Bad Munstereifeld, Alfredo Barroso, com os seus citados amigos, então quase todos em cumprimento de serviço militar, ingressou naturalmente no PS de que é membro desde aí.

Além da vocação de jornalista, Alfredo Barroso foi co-autor, com Afonso Praça, Fernando Assis Pacheco, Luís Salgado Matos, Manuel da Silva Costa e Victor Vengorovius (que anos depois viriam a ser famosos), do projecto de Código de Deontologia Profissional, apresentado a Assembleia Geral do Sindicato Nacional dos Jornalistas, em 1972 e depois recusado por Marcello Caetano. Cumulativamente ao jornalismo, Alfredo Barroso foi adquirindo uma sólida formação jurídica que se revelaria de grande importância, nas funções político-administrativas que ocupou, sucessivamente, depois do 25 de Abril, a par de uma devoradora paixão intelectual pelas questões políticas e ideológicas, tanto no plano prático como, sobretudo, teórico.

Com o 25 de Abril, a vida de Alfredo Barroso deu uma enorme volta. Apesar de ainda jovem (29 anos) tinha já adquirido uma sólida cultura, tanto literária como artística, musical e cinematográfica e uma invulgar experiência política, consolidada nos movimentos académicos e nas tertúlias político-literárias da época, onde se tornou amigo de intelectuais, artistas e cineastas como António Pedro de Vasconcelos, Fernando Lopes, João César Monteiro e Seixas Santos, especialmente a do Vavá, no final dos anos sessenta e inícios de setenta.

Com o advento da democracia, Alfredo Barroso assumiu responsabilidades políticas importantes, no quadro do PS. Foi eleito para a Comissão Nacional no II Congresso na Legalidade (Novembro de 1976) e depois membro da Comissão Política a que pertenceu até 1986. Foi o primeiro director do Semanário do PS "Acção Socialista", função que exerceu até 1986.

Logo em Agosto de 1974 foi nomeado director dos Serviços de Informação e Imprensa do Ministério dos Negócios Estrangeiros, onde se tornou muito próximo de Victor da Cunha Rego, com o qual muito aprendeu.

Com a normalização da vida democrática, ocorrida após o 25 de Novembro de 1975, a eleição do general Ramalho Eanes, como Presidente da República e a constituição do I Governo Constitucional, saído das eleições legislativas de 1976, Alfredo Barroso foi nomeado Secretário Geral da Presidência do Conselho de Ministros, em Agosto de 1976, tendo desempenhado ainda, cumulativamente, as funções de Chefe do Gabinete do Primeiro Ministro, durante os dois primeiros governos constitucionais. Quando da constituição do I Governo da Aliança Democrática, presidido

por Francisco Sá Carneiro, demitiu-se das funções de Secretário Geral da Presidência do Conselho de Ministros, mantendo, no entanto, o vínculo à função pública.

Durante esse período (1980-83) foi eleito deputado pelo círculo de Leiria do PS, sendo membro da Comissão Parlamentar de Defesa Nacional. Com o regresso do PS ao Governo (1983-85) Alfredo Barroso assumiu as funções de Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, até ao fim do IX Governo Constitucional. Eleito de novo deputado do PS em 1985, desta vez pelo círculo de Lisboa, renuncia àquelas funções para desempenhar o cargo de Chefe da Casa Civil do Presidente da República entre Março de 1986 e Março de 1996.

Entre Junho de 1996 e Junho de 1998 exerceu as funções de Administrador Executivo da Fundação do Teatro de São Carlos, dada a sua excepcional cultura musical e artística.

Sendo assessor principal do quadro da Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros, entrou na situação de aposentado em Janeiro de 2003. Intensificou então a sua actuação profissional de jornalista e de escritor, colaborando regularmente em vários jornais, como "O Público", "O Diário de Notícias", "O Egoísta", "Jornal de Letras e Artes" e no "Expresso", mantendo uma coluna semanal de comentário internacional, neste último semanário, extremamente apreciada, até Dezembro de 2004. Sempre atento também às actividades desportivas, particularmente ao futebol, tem vindo a exercer, com grande êxito, as funções de cronista desportivo, no "Record" e no "Diário de Notícias".

Alfredo Barroso tem uma bibliografia importante, de que destaco: A Antologia de Poesia Universitária, de 1964, feita em colaboração com, Gastão Cruz, Fiamma Pais Brandão e Rui Namorado; Portugal, a Democracia Difícil, com prefácio de Victor da Cunha Rego, 1976; Poemas Rudimentares, 1978; O Bruxo de Seide, Breviário Camiliano, de 1992; Janela Indiscreta, 1994; A Televisão que temos, 1995, com, um prefácio de António Pedro de Vasconcelos; Contra a Regionalização, 1998, na colecção "Cadernos Democráticos"; O Futebol visto do sofá, de 2002; e, finalmente, "O Presidente da República, função e poderes", em colaboração com José Vicente Bragança, publicado na Revista de Estudios Políticos de Madrid e no Instituto de Ciências Sociais, de Lisboa.

•

O livro que ora se apresenta, "Guerras Limpas", é constituído por um conjunto de 91 crónicas publicadas no Expresso e uma ou outra no Público, entre 1998 e Dezembro de 2004. São todas de comentário à complexa situação internacional, no período que vai desde o segundo mandato de Clinton até ao fim do primeiro mandato de George W. Bush. A I Parte intitula-se "Apocalipse Cor-de-Rosa"; A II Parte chama-se "As Torres do Orgulho"; e a III Parte, "É o petróleo, estúpido!".

Basta ler com atenção os títulos das crónicas para compreender que o livro de Alfredo Barroso oferece aos seus leitores uma panorâmica da situação mundial, como disse, desde a época final de Clinton até à reeleição de Bush. Trata-se, obviamente, de uma panorâmica crítica, muito impressiva e que lida agora, com algum recuo do tempo, resulta extremamente clarificadora e viva. Porque foi escrita em cima dos sucessivos acontecimentos, com isenção, rigor jornalístico absoluto, mas com o sal de um evidente espírito polémico. Ora os acontecimentos analisados são: os bombardeamentos da Sérvia e do Kosovo, a guerra do Afeganistão, os atentados do 11 de Setembro de 2001, o terrorismo internacional, a estratégia da retaliação americana, a marginalização da ONU, a divisão do chamado Ocidente, a propósito da "guerra preventiva", a invasão e ocupação do Iraque, para só citar os mais relevantes.

Alfredo Barroso não esconde as suas ideias, nem é neutral nas suas análises. Diz o que pensa, sem papas na língua - e daí o valor do seu livro - fugindo, como o diabo da cruz, ao chamado "politicamente correcto" ou às pressões dos poderes óbvios do momento. Este livro é, por isso, um livro de grande actualidade e pode vir a ser até de referência para qualquer estudioso deste conturbado início do século XXI, bem como para compreender - com realismo e rigor - o que aí vem.

Os leitores do "Expresso" vão ter saudades, semana após semana, das crónicas tão interessantes, informadas e corajosas de Alfredo Barroso, durante este ano que agora começou e nos seguintes, até ao fim do mandato de George W. Bush...

Realmente, quando se segue com atenção a recente viagem que Bush resolveu fazer à Europa - tendo em vista a NATO e a União Europeia - mas visitando apenas três chefes de Estado, por sinal todos relapsos à doutrina da "guerra preventiva", Chirac, Schröder e Puttin, o chamado eixo do "non, nein, niet", cheio de sorrisos apaziguadores e de amáveis palavras, lembramo-nos do que dizia há dois anos atrás Condoleza Rice: "a América deve punir a França, ignorar a Alemanha e perdoar à Rússia"... O que mudou, entretanto?

Numa entrevista concedida pela mesma Condoleza Rice ao jornal italiano "Repubblica", sendo-lhe perguntado: "no segundo mandato o Presidente Bush mudou?", respondeu: "Não". As circunstâncias é que mudaram". E eu acrescento: radicalmente, em termos de economia, de cultura, de geo-estratégia e, o mais importante de tudo, de valores.

A América também está a mudar. O hegemonismo arrogante da administração Bush (primeira fase) que acreditava poder dar lições de democracia ao mundo - e salvá-lo "do mal", como se fora portador de uma religião salvífica - foi altamente afectado com a invasão do Iraque. O anti-americanismo, a desconfiança e o afastamento aumentaram por toda a parte. Verificou-se, cada vez mais, que uma democracia não se institui pela violência, com bombas e destruições. Todas as transições democráticas de que temos notícia, desde os anos setenta, a começar pela "Revolução dos Cravos", o comprovam. Aliás, é um princípio elementar, não estabelecer a democracia de cima para baixo e de fóra para dentro. O atoleiro do Iraque, que sob muitos aspectos lembra o Vietname, aí está para o demonstrar. Apesar das eleições muito sui generis

impostas aos iraquianas, cujas consequências ninguém ainda se atreve a prever. O terrorismo islâmico longe de ter sido afectado, encontrou, no Iraque, uma base de recrutamento e um campo de treino, ambos, de primeira ordem. E, além disso, começa a haver sinais de exaustão quanto ao recrutamento de soldados para essa guerra devastadora, que ninguém sabe quando e como acaba.

É certo que se fizeram progressos no conflito Israel-Palestina, após as conversações de Ariel Sharon com Abu Maseen. Mas serão consistentes e duradouros? O assassinato do antigo Primeiro Ministro do Líbano Rafiki Hariri, as ameaças de Israel, contra a Síria, o aparente recuo da Síria no Líbano, não são sinais suficientemente tranquilizadores para quem trabalha por uma paz global no Médio Oriente. E há ainda o desafio do Irão, feito aos americanos, a respeito dos progressos nucleares. Ora o Irão é um problema muito difícil para Bush. E, paradoxalmente, as eleições que organizou no Iraque deram a vitória aos xiitas, amigos (e aliados) do Irão. São "as malhas que o império tece", como diria Pessoa...

As contradições provocadas pela administração Bush são, com efeito, enormes e, em grande parte, explicam a nova vontade americana de reconstituir as tradicionais boas relações euro-atlânticas, reforçando a NATO e reconhecendo a União Europeia, a "Velha Europa", como uma grande potência de cuja força precisa. A tournée de Bush não foi, portanto, um acto de magnanimidade mas de interesse próprio.

A crítica situação económica da poderosa América assim o aconselha. Os défices "gémeos", a queda do dólar, relativamente ao euro, a subida do desemprego, a quebra ou diminuição sensível do investimento estrangeiro, que se dirigia para os Estados Unidos - e começa a sofrer a atracção da Europa - bem como o corte no orçamento das políticas sociais e a insistência na redução dos impostos, são sinais muito, mas mesmo muito, preocupantes, que explicam a súbita "simpatia" de Bush em relação a Chirac e Schröder, ao mesmo tempo que ignorou Blair e Berlusconi.

São sinais que podem prenunciar o fim - a prazo alargado, obviamente - do "american dream" - e que, ao mesmo tempo, nos interpelam: será que ainda se poderá falar de "Ocidente" -

"mundo livre", como se chamava no tempo da "guerra fria" - quando tantos valores, objectivos e interesses deixaram de ser comuns?

Num livro publicado pelo politicólogo americano Jeremy Rifkin, que foi um "best seller" no Canadá, nos últimos meses e que vai sair proximamente em França, intitulado "Le Rêve européen", de que li algumas páginas, que saíram na imprensa francesa, faz-se uma comparação analítica muito rigorosa entre o sonho americano e o uropeu para chegar à conclusão que são hoje radicalmente diferentes e o europeu é melhor e, provavelmente, ganhador.

Cito: "A União Europeia é hoje um rival económico, muito próximo dos Estados Unidos. Sendo o mais vasto mercado interno do Planeta, com 445 milhões de consumidores, é também a primeira potência exportadora do mundo". E insiste: "O euro é hoje muito mais forte que o dólar, uma realidade que poucos economistas admitiam possível, há quatro anos." A mesma diferença que existe, no campo aeroespacial, entre o Airbus e o Boeing e também no domínio das indústrias químicas. Acrescenta ainda Rafiki: "o peso crescente da União Europeia constringe as empresas americanas outrora todo poderosas, a uma maior humildade".

Acresce, digo eu, que a Europa continua a acreditar em valores - como os das Nações Unidas, que precisam de ser reestruturadas, mas são ainda o mais sólido instrumento que temos para assegurar o diálogo internacional e a paz. Não há outro. Nem a NATO - que hoje significa simplesmente: os militares a mandar nos políticos e os americanos nos militares - nem o G7, que é tão só um directório dos países mais ricos, com inúmeros anti-corpos no mundo inteiro.

A América tenta aproximar-se da União Europeia, por absoluta necessidade. Mas recusa-se a subscrever o protocolo de Kioto, o Tribunal Penal Internacional, os Direitos Humanos (vide Guantanamo e Abu Ghraib) e a manter a sua avassaladora pretensão de hegemonismo planetário.

No entanto, o poder de atracção da Europa, em termos mundiais, é hoje muito maior do que o dos Estados Unidos. Vejam-se os casos paradigmáticos da Ucrânia e da Turquia, que alertaram para a importância decisiva da União Europeia, países tão importantes como a Rússia, o Japão, a China, a Índia ou o Brasil (Mercosul). Assim, a União Europeia seja capaz de compreender - não obstante a sua fraqueza no plano militar - que tem de saber dialogar com os Estados Unidos, obviamente, mas de igual para igual. Sem subserviência nem omissões. Para bem da paz mundial e do desenvolvimento sustentado de todo o Planeta.

O ano que ora começa vai ser decisivo. Como seria enriquecedor para os leitores interessados nestas temáticas internacionais - quando em Portugal se abre um ciclo político novo e de esperança - que o jornalista Alfredo Barroso tivesse uma coluna onde se pudesse exprimir regularmente!

Lisboa, 22 de Fevereiro de 2005